

OS SILVA TAVARES NA “REVOLUÇÃO”: UMA LEITURA DE “NOVA CARTOGRAFIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA”

 Luiz Alberto Grijó^{1,2}

Obra resenhada: ANDRADE, Gustavo Figueira. *Nova cartografia da revolução federalista (1891-1896): redes de relações, fronteira e territorialização*. Itapiranga: Schreiben, 2022.

*Verdadeiro chefe, onímodo, solícito, era o general,
tão forte para a violência quanto para a ternura.*

Alcides Maya³

Como professor e pesquisador da história do Rio Grande do Sul e do Brasil no período republicano, saúdo vivamente a publicação do e-book da tese de doutorado de Gustavo Figueira Andrade intitulado *Nova cartografia da Revolução Federalista (1891-1896): redes de relações, fronteira e territorialização*⁴. Defendida em 2021 no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria, trata-se de uma tese de fôlego e erudição realizada por um jovem pesquisador que já não pode mais ser considerado promissor, e sim um mestre no ofício.

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS – BR.

2 Professor Titular do Departamento e do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa e leciona na área de história do Brasil e de mídia e história. E-mail: luiz.grijo@ufrgs.br.

3 Maya, 1962, p. 113.

4 Andrade, 2022.

Conta com vasta documentação, inicialmente centrada na correspondência do abastado grupo familiar Silva Tavares, se estendendo aos periódicos, documentos oficiais, mapas, inventários, memórias, genealogias, documentos diplomáticos, livros de batismo, dicionários biográficos e outras fontes recolhidas em arquivos e acervos tanto no Brasil, quanto no Uruguai e na Argentina. Igualmente, a bibliografia é bastante completa e consistente.

A tese se propõe a revisitar o conflito político-militar denominado tradicionalmente pela historiografia de “Revolução Federalista” desde a perspectiva dos “revolucionários”, ou de parte deles, pois tem como centro o grupo familiar Silva Tavares, cujas propriedades, interesses e poderes se concentravam originalmente no município sul-rio-grandense de Bagé, mas que se irradiavam e desdobravam em outros tantos interesses e propriedades pela região sul do atual estado do Rio Grande do Sul e ao longo da fronteira entre o Brasil e os países do Prata.

Depois de algumas discussões mais gerais nos dois primeiros capítulos, o capítulo três inaugura a descrição da estrutura da propriedade, das relações socioeconômicas, da circulação de gentes e bens naquela que é denominada de “região revolucionária”, a qual compreende, mais centralmente, a tríplice fronteira entre Brasil, Uruguai e Argentina. Segundo o autor, isso permite:

pensar a existência de complexas redes de relações entre os proprietários rurais, atravessadores, contrabandistas e comerciantes, tanto quanto entre brasileiros, argentinos e uruguaios envolvidos no comércio em torno do rio Uruguai. A existência dessas redes é que podem explicar o apoio aos federalistas durante a Revolução Federalista.⁵

O capítulo quarto, baseado em extensa bibliografia, segue-se como um complemento ao anterior. Nele, Andrade descreve e discute os movimentos políticos nos departamentos e nas províncias lindeiras do Uruguai e da Argentina. Procura responder à questão de que modo esses movimentos se relacionavam com seus similares no Brasil, em especial com

5 Andrade, 2022, p. 212.

respeito ao apoio ou não aos “federalistas” e suas frequentes interações naqueles territórios. Tais relações eram já conhecidas na historiografia, porém, o estudo em pauta vai muito mais longe em análises e detalhes, pois se sustenta em farta documentação, e culmina desenvolvendo o interessante conceito de “região revolucionária”.

O quinto capítulo apresenta um importante diferencial, até porque é possível considerar que, enquanto uma tese, nele se inicia o seu enfrentamento. Até então o trabalho oscila na orientação teórica, já que boa parte de seus referenciais é pouco heurística. Por exemplo, no caso do uso de Reinhart Koselleck, autor citado apenas quando se fala de “horizonte de expectativas” muito vagamente apropriado, ou, mais ainda, quando se está a discutir história política, comentando que ela “passou a interessar-se pelo poder e seus aspectos simbólicos”⁶, e se abre uma nota de rodapé (nota 39) que remete ao livro *O poder simbólico*, de Pierre Bourdieu, o qual, como se sabe, é uma coletânea de artigos que não tratam de história política ou seus eventuais “interesses”. Provavelmente, as ambivalências teóricas iniciais se justificam pela quantidade de temas tratados nos quatro primeiros capítulos, temas esses que perseguem o fio de uma temática mais ampla, a de situar os “federalistas” perante as suas concepções políticas, seus recursos, suas vinculações no Brasil e no exterior.

Do capítulo cinco em diante, porém, Andrade passa a focar seu estudo nas redes sociais costuradas em torno do grupo familiar Silva Tavares, sustentado em literatura teórico-metodológica acadêmica clássica e muito consistente. Aparecem com propriedade autores e autoras como José María Imízcoz, Giovanni Levi, Félix Requena Santos, Clyde Mitchell, Michel Bertrand, Claire Lemerrier, Zacarias Moutoukias, Richard Graham, Ângela de Castro Gomes e outros⁷, referências consolidadas no estudo de redes

6 Andrade, 2022, p. 32.

7 Na página 288 (Andrade, 2022) há a notação “(Boissevain, 2001)”. Salvo engano, a referência completa não se encontra na bibliografia geral do trabalho, mas deve se tratar do antropólogo Jeremy Fergus Boissevain, sem dúvida outra referência nos estudos de redes sociais. A respeito de certos problemas de revisão ou editoração como esse, é preciso apontar que o livro contém alguns erros de digitação e ortografia e repetições de palavras e ideias que escaparam à revisão final, o que

sociais, clientelismo ou no uso de correspondências como fonte. Com um problema de pesquisa bem delimitado, o próprio potencial do programa de tratamento de dados Palladio passa a ser desenvolvido no sentido de contribuir na “cartografia” do conflito desde a rede social centrada no grupo familiar Silva Tavares. Além disso, as 1775 missivas utilizadas como fonte são apropriadas com maior pertinência e os gráficos e mapas elaborados sustentam muito bem as análises. O diálogo com a historiografia acadêmica toma corpo e conta com pesquisadores e pesquisadoras do porte de Fábio Kuhn, Adriano Comissoli, Martha Hameister, Tiago Gil, Luís Augusto Farinatti, Jonas Vargas, Carla Menegat, John Chasteen, Valentina Ayrolo, Ana Luiza Reckziegel, Mariana Thompson Flores, André Fertig e outros e outras não menos importantes. Nessa linha, o trabalho constata que, por meio de “práticas tradicionais”, também nomeadas de “de antigo regime”, a “família” se destaca:

como importante elemento para entender a conformação de alianças capaz de gerar solidariedades, vínculos políticos e militares, os quais foram amplamente articulados durante a Revolução Federalista, constituindo-se importante chave explicativa para entender tanto a ação dos indivíduos, a mobilização dos estancieros, senhores da guerra, como também a organização e a mobilização de recursos durante o conflito.⁸

Os capítulos seis e sete, por sua vez, aprofundam o estudo das redes ao focar diferentes lideranças conexas aos Silva Tavares. Cada vez mais a narrativa investe na descrição dos principais componentes das redes, suas ocupações, locais de atuação, envolvimento ao mesmo tempo nelas e em instituições, tais quais organizações beneficentes, clubes, Guarda Nacional e, por fim, na guerra civil “federalista”. Se descortina o que poderia ser qualificado de facção Silva Tavares, um vasto grupo com terras e interesses em toda a região transnacional em destaque. Se confirma a:

pode ser devido ao processo mesmo de conversão da tese defendida no livro publicado. Deixo a observação em rodapé porque tais problemas não atrapalham a adequada fluência na leitura, fica claro que são questões pontuais e menores.

8 Andrade, 2022, p. 306.

tese de que a Revolução foi articulada a partir do seio de importantes famílias, como defesa de seus interesses, muitos associados à atividade pecuária, charqueadora, de comerciantes e de acesso ao poder, assim como a benefícios do Estado do qual haviam sido afastados.⁹

Além disso, o autor sublinha que a adesão aos “federalistas” envolvia uma “lógica clientelística de barganhas políticas, incluindo troca de favores, nomeação para cargos e recebimento de benefícios econômicos”¹⁰.

Ainda no capítulo sete, o que encerra o livro, Gustavo Andrade discorre sobre o processo de urbanização em Bagé, sua composição populacional e estrutura econômica, e trabalha com a Guarda Nacional, constatando que as redes centradas nos Silva Tavares atravessavam a instituição. Assim, “a organização das forças federalistas, especificamente no que tange aos comandantes das forças do Exército Libertador, nomeados pelo general Tavares, foi formada por membros dessa organização”¹¹. Tal recurso teria sido muito importante, pois “reunir homens era uma prática que o grupo dos oficiais vinculados aos Silva Tavares pareciam dominar bem, fosse para os conflitos, fosse para as questões eleitorais”¹².

Enfim, o trabalho é muito bem-sucedido em dar conta do estudo das redes e dos recursos em torno do grupo familiar Silva Tavares, contribuindo em muito para a historiografia do conflito político-militar que assolou o sul do Brasil nos primeiros anos do regime republicano. Com efeito, aprofunda e documenta com maestria apontamentos anteriores, tais quais os de Joseph Love¹³ e Loiva Otero Félix¹⁴, que já identificaram no conflito o choque de interesses relativos ao controle dos recursos públicos pelos grupos e lideranças políticos em disputa. Infelizmente, o autor não chega a dialogar com meu já antigo trabalho que apontava para a importância do capital social e, por meio desse, das redes sociais e do

9 Andrade, 2022, p. 338.

10 Andrade, 2022, p. 346.

11 Andrade, 2022, p. 408.

12 Andrade, 2022, p. 409.

13 Love, 1971.

14 Félix, 1986.

clientelismo, na formação das facções e no estabelecimento dos mediadores nos eventuais partidos políticos no Rio Grande do Sul republicano¹⁵.

Uma relativa ausência no livro é o aprofundamento da questão da violência do e no conflito¹⁶. Salvo breve referência à contabilidade corrente na literatura de que algo entre 10 e 12 mil pessoas teriam nele perecido, há no texto apenas uma incidência da palavra “degola”¹⁷. Enfrentar a questão da violência seria importante, até mesmo porque Zeca Tavares, justamente um dos nomes centrais do grupo familiar Silva Tavares analisados, esteve envolvido no comando das tropas “federalistas” no combate do Rio Negro, quando prisioneiros legalistas teriam sido degolados por suas forças e, quiçá, por suas ordens. Há muitas controvérsias sobre o evento, mas, no caso, já que os Silva Tavares são o foco, seria relevante dar conta delas. Na guerra, Rio Negro é tido como momento fulcral na escalada da violência, representada pelos vários massacres de prisioneiros e atrocidades afins perpetrados pelas partes envolvidas naquela que foi uma “guerra suja”, “bárbara”¹⁸. As lideranças “federalistas” que se destacam na narrativa de Andrade são retratadas até mesmo com certos ares de nobreza, não só pelas referências constantes aos seus títulos nobiliárquicos recebidos no Império, mas também por serem tomadas como formadas por homens que dão a impressão de terem sido relativamente cultos e supostamente “civilizados”. Seria oportuno problematizar esse aspecto.

Do mesmo modo, como se fazem várias remissões ao período imperial, e mesmo ao colonial, a fim de descortinar as riquezas e bens dessas lideranças, quase nada se diz sobre os escravizados que elas ou seus ancestrais exploravam e que, ao fim e ao cabo, caracterizam o grupo como originalmente senhorial-escravista, marcado, portanto, também pela violência da escravidão.

15 Grijó, 1999, 2002, 2017.

16 Esse aspecto é ressaltado por, entre tantos outros, Dourado, 1979; Franco, 1962; Love, 1971; Pesa-vento, 1983; Grijó, 2020.

17 A referência é relativa ao título de um item da bibliografia e não a qualquer discussão a tal respeito ao longo do texto. Cabe salientar que o conflito muitas vezes é referido como “guerra” ou “revolução da degola”.

18 Grijó, 2010, 2020.

Para finalizar, é importante discutir dois aspectos do livro que podem causar certo estranhamento ao leitor. O primeiro deles é a peculiar proposição de uma nova cronologia para a “Revolução Federalista”. O autor afirma que a cronologia consolidada na historiografia (1893-1895) seria influenciada por um ponto de vista “castilhistas” ou “oficial”¹⁹, pelo que propõe “a redefinição do período de abrangência deste conflito [...] que revela uma intensa atuação política dos Silva Tavares [...]. Privilegiando uma perspectiva federalista, mostra uma lógica distinta daquela construída a partir dos documentos oficiais”²⁰. O que se pode indagar é qual seria o ganho heurístico para a historiografia descartar uma cronologia dita castilhistas ou oficial do conflito e trocá-la por uma “federalista” ou centrada nos Silva Tavares? Propor substituir uma cronologia supostamente tributária do ponto de vista de um dos lados de uma guerra por outra cronologia mais adequada ao ponto de vista de seus antagonistas não parece, sob o ponto de vista do conhecimento, ser um ganho efetivo.

Isso pode estar relacionado com certa adesão prática ao discurso das fontes, e esse é o segundo aspecto, que às vezes o trabalho deixa transparecer, como no caso da atribuição ao conflito de um caráter “revolucionário”, entendido como uma espécie de direito liberal de revolta contra regimes políticos considerados opressivos ou ilegais. “Os revolucionários rio-grandenses prezavam pela legalidade e pela defesa da Constituição, cuja legitimidade estava embasada em princípios liberais, parte da cultura política da época. Portanto, consideravam-se dentro da lei”²¹. Não há discussão a respeito do conceito histórico-sociológico de revolução, mas a adesão à noção empregada pelos “federalistas”. Por outro lado, não se dá atenção ao fato de que, normalmente em uma guerra, todos os lados costumam reivindicar estar lutando sustentados em algum tipo de lei, direito, costume e/ou noção de justiça. Isso pouco tem a ver com “cultura política”.

19 Particularmente não concordo com tal ponto de vista.

20 Andrade, 2022, p. 44.

21 Andrade, 2022, p. 75.

É também importante registrar a leitura um tanto equivocada da historiografia anterior quando a parte dela são atribuídos os epítetos de “parcial” e/ou “oficialista”. Os historiadores que chamaram o período inaugurado com a derrubada de Júlio de Castilhos em novembro 1891 de “governicho”, nome que o próprio atribuiu ao governo que lhe sucedeu, estariam evadidos de “preconceito” pela adoção de uma “perspectiva unilateral”²². Em nota de rodapé (nota 54), cita seis desses autores, sendo que dois deles em especial me incomodaram muito de ali constarem, pois conheço razoavelmente bem suas trajetórias intelectuais que não foram caracterizadas por preconceitos ou unilateralismos: Sandra Pesavento e Héglio Trindade.

Essas observações não desmerecem em nada o grande e sólido trabalho de pesquisa realizado por Gustavo Andrade e seu resultado aqui em apreço. Pelo contrário, a qualidade de um produto acadêmico é também medida pelas questões que suscita, tanto as concordâncias quanto as discordâncias. Nesse caso, estamos diante de mais uma grande e fundamental contribuição para o esforço de pesquisa e para o respectivo debate historiográfico, cada vez mais revigorado, a respeito da guerra civil de finais do século XIX que marcou profundamente a história do Rio Grande do Sul e além. Cabe por fim apontar que o livro de Gustavo Andrade sucede a publicação da coletânea de artigos “Revolução Federalista: as múltiplas armas do conflito (1893-1895)”, organizado por Ana Luiza Reckziegel²³, em que ele próprio escreveu um capítulo. Estamos, portanto, em um salutar momento de aprofundamento intelectual das questões que envolveram esse conflito sobre o qual ainda há muito trabalho a ser feito.

Referências

ANDRADE, Gustavo Figueira. *Nova cartografia da revolução federalista (1891-1896): redes de relações, fronteira e territorialização*. Itapiranga: Schreiber, 2022.

22 Andrade, 2022, p. 53-54.

23 Reckziegel, 2020.

- DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio: narrativa da revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1979.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *O sentido histórico da revolução de 1893. Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1962.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. A “Estância São Pedro”: concepções de política e sociedade no Rio Grande do Sul. In: FÉLIX, Loiva Otero; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (org.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (org.). *O continente em armas: uma história da guerra no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 159-184.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. Entre escombros: a guerra de 1893 no Rio Grande do Sul pela prosa ficcional de Alcides Maya. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. (org.). *Revolução Federalista: as múltiplas armas do conflito (1893-1895)*. Passo Fundo: Acervus, 2020. p. 11-46.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. Foi o PRR um “partido político”? *Logos*, Canoas, v. 1, n. 1, p. 65-68, 1999.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. *O jogo das mediações: Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul da I República*. Porto Alegre: Homo Plasticus, 2017.
- LOVE, Joseph. *Rio Grande do Sul and brazilian regionalism (1882-1930)*. Stanford: Stanford University Press, 1971.
- MAYA, Alcides. *Tapéira*. Rio de Janeiro: Briguier & Cia., 1962.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A revolução federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (org.). *Revolução Federalista: as múltiplas armas do conflito (1893-1895)*. Passo Fundo: Acervus, 2020.

Recebido em: 07/11/2023 – Aprovado em: 16/11/2023